

CIDADES

Telefone 2102-7107 e-mail cidades@globo.com.br

Estado lança operação sobre clima

Pacote abrange R\$ 29 milhões de investimentos nos próximos três anos; para 2026/2027, El Niño é prioridade

DANIEL RODRIGUES
DE SÃO PAULO

O Governo Estadual anunciou ontem um pacote de R\$ 29 milhões em investimentos até 2029 para enfrentar os impactos das mudanças climáticas no Estado. A estratégia reúne 181 iniciativas do Plano Estadual de Resiliência às Mudanças Climáticas, desenvolvido desde 2023.

Como parte das medidas, o Estado lançou a São Paulo Sempre Alerta – Operação El Niño 2026/2027, que substitui a tradicional Operação Chuvas. O monitoramento deixa de ser sazonal e prossegue, inicialmente, até o fim de 2027, com foco em temporais, ondas de calor, estiagens e incêndios florestais. A operação prevê um gabinete especial, quatro níveis de alerta – observação, atenção, alerta e emergência – e boletins diários com previsão para três dias.

Na Baixada Santista, o governador Tarciso de Freitas (Republicanos) ressaltou a ampliação de 23 para 29 o número de reservatórios para reforçar o abastecimento de água na região. “Estruturamos as Defesas Cívicas Municipais, que receberam viaturas, kits de emergência e cartas de risco”, acrescentou.

Na ação, o Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil divulgará diariamente a previsão meteorológica e a classificação de risco de cada



Temporais são um dos focos de um monitoramento constante que prosseguirá até o final do próximo ano



Medidas foram apresentadas ontem no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual, em São Paulo

região, com horizonte de três dias. Em situações de perigo imediato, serão emitidos alertas específicos à população.

Ao comentar desafios, Freitas citou a tragédia de São Sebastião, em 2023, a estiagem e os incêndios florestais de 2024 e as chuvas recentes no Vale do Ribeira. Segundo ele, a prevenção, os alertas e a rapidez das ações reduziram os impactos dos episódios mais recentes.

INVESTIMENTOS

O pacote prevê R\$ 1 bilhão para piscinões; R\$ 1,7 bilhão para desassoreamento de rios e córregos; R\$ 9,5 bilhões para manutenção dos rios Tietê e Pinheiros; R\$ 1,7 bilhão para as barragens de Pedreira e Duas Pontes; R\$ 2,76 bilhões para habitação e R\$ 9 bilhões da Sabesp para ampliar a oferta de água e modernizar o abastecimento até 2030.

A Defesa Civil terá R\$ 147 milhões para fortalecer equipes municipais. Desde 2023, o setor recebeu R\$ 500 milhões, com quase 500 veículos e 1.847 equipamentos entregues e 19 mil agentes treinados. As medidas foram apresentadas no Palácio dos Bandeirantes, em reunião com membros de secretarias estaduais e instituições do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Santos oficializa programa para conter mudança climática

VICTOR BARRETO

A Prefeitura de Santos oficializou seu Programa de Enfrentamento às Emergências Climáticas. Ele estabelece medidas para reduzir os impactos das mudanças climáticas na cidade.

A lei foi publicada no Diário Oficial de ontem, com base em projeto apresentado pela vereadora Débora Camilo (PSOL) e havia sido aprovado pela Câmara em setembro.

O prefeito Rogério Santos (Republicanos), que sancionou a lei, disse que a norma oficializa um decreto de 2022 pelo qual se estabeleceu um plano de ação climática. Nele, ocorreram ações como um diagnóstico do território, o mapeamento de áreas de risco – em especial, nos Morros – e modelagens climáticas para os próximos 30 anos.

Agora, entre as medidas previstas na lei, está a re-

dução progressiva da impermeabilização do solo, com soluções que facilitem a absorção da água da chuva. As obras de pavimentação e calçamento também deverão utilizar técnicas que favoreçam infiltração da água no solo, absorvendo menos calor.

Conforme o prefeito, a lei faz constar que o Município prepara um protocolo de ações, sobretudo, para as ondas de “calor excessivo” previstas até

abril, devido ao Super El Niño (leia nesta página).

Para combater as altas temperaturas, o programa prevê o plantio de árvores com copas amplas, capazes de ampliar as áreas de sombra. A escolha dos locais deverá considerar a vulnerabilidade socioambiental de cada área. Ainda pela lei, a Prefeitura pode criar parques lineares e áreas para absorver excesso de água da chuva.

A vereadora Débora Ca-

milo afirmou que a proposta busca aliar a preservação ambiental e a defesa de trabalhadores diante das mudanças climáticas. Para ela, a desigualdade social agrava os impactos do clima.

O prefeito destacou que projetos como o do Parque Palafitas, na Vila Gêa, visam a reduzir a vulnerabilidade social, com recuperação ambiental e manutenção de pessoas no território.